

A Emergência do Sistema Financeiro na Economia Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1889/1929*

*Anderson Pires***

Abstrat

This atria wants to discuss the most important questions about the beginnings of financial bank sistem in agrarian-exportation economy of Zona da Mata mineira through its most significant institution, "Crédito Real Bank of Minas Gerais". In this sense, it tries to analyzes the origin of the capital responsible for banking undertaking, its influence in regional economy and its meaning in the evolution of the process of financing local productive process struture.

Key words: Agrarian-exportation economy; Zona da Mata mineira; Financial System

Resumo

O artigo procura discutir as questões mais importantes relativas ao surgimento do segmento financeiro-bancário na economia agroexportadora da Zona da Mata mineira através de sua instituição mais significativa, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Neste sentido, procura analisar a origem do capital responsável pelo empreendimento bancário, o seu raio de atuação no interior da economia regional e o seu significado na evolução do processo de financiamento da estrutura produtiva local.

Palavras-chave: Economia Agroexportadora; Zona da Mata mineira; Sistema Financeiro

A evolução financeira da economia agroexportadora identificada com a zona da Mata de Minas Gerais parece ter seguido as linhas gerais do desenvolvimento do sistema financeiro-bancário ocorrido

* Este artigo é uma versão com poucas modificações de um capítulo da dissertação de mestrado intitulada "Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1929" defendida na UFF em 1993.

** Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense e Professor de História Econômica na Universidade Federal de Juiz de Fora

nas principais regiões agroexportadoras do país¹. Nela pode-se perceber, nos períodos apropriados, tanto a presença dos comissários de café e dos "capitalistas" como agentes financeiros mais importantes e típicos da economia escravista, quanto a tendência geral da evolução financeira no sentido do surgimento e aperfeiçoamento do aparelhamento bancário. Há, contudo, que se acrescentar determinadas particularidades e especificidades da evolução histórica da região, que dizem respeito à questão da evasão de recursos através do mecanismo de financiamento da economia agroexportadora local.

O papel desempenhado pelo comissário como principal agente financeiro da economia cafeeira tem sido considerado uma das principais formas de captação de recursos da estrutura comercial em detrimento da estrutura produtiva². Como uma das mais importantes especificidades da região em foco neste trabalho se concretiza na ausência do desenvolvimento da estrutura comercial em bases regionais -justamente aquela diretamente vinculada à atividade agroexportadora-, a existência de mecanismos de financiamento realizados com a intermediação do comissário, além de representar uma transferência de excedente econômico entre distintos setores da economia, vai evidenciar uma transferência *regional* dos recursos gerados na estrutura produtiva da zona da Mata para a estrutura comercial-financeira localizada no Rio de Janeiro³. Restaria, contudo, verificar o comportamento deste mecanismo de transferência regional de recursos quando ocorre a evolução do sistema financeiro local no sentido descrito acima, ou seja, com a gradual eliminação do comissário como intermediário financeiro e sua substituição pela institucionalização do sistema bancário.

Nossa análise do mecanismo de financiamento da economia agroexportadora da zona da Mata tomará o município de Juiz de

- 1 Ver, entre outros, os seguintes trabalhos: FRANCO, M.S. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed., São Paulo, Kairós, 1983; SAES, F. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista*. São Paulo, IPE/USP, 1986; GOLDSMITH, R. *Desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo, Harbra, 1986; LEVY, M. B. *História da bolsa de valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977; FRANCO, G.B. *Reforma monetária e Instabilidade durante a transição republicana*. São Paulo, BNDES, 1983; GRANZIEIRA, R. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1979; LOBO, E.M.L. "O Encilhamento". In: *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro, IBMEC, 2 (5): 261-301; COSTA, F.N. *Bancos em Minas Gerais (1889/1964)*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1978; SA, A.L. *Origens de um banco centenário*. Edição comemorativa do Banco de Crédito Real, s.d.
- 2 "Em todos os casos, fica patente que o crédito do comissário é um dos elementos - não o único - que conduz à posição privilegiada do comerciante diante dos proprietários de terra." SAES, F. op. cit. p.47. Ver também, entre outros, FRANCO, M.S. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3 ed., São Paulo, Kairós, 1983, p. 165 e LEVY, M.B. op. cit. p. 44.
- 3 LIMA, J.H. *Café e indústria em Minas Gerais - 1870/1920*. Rio de Janeiro, vozes, 1981; WIRTH, J. *O Fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira - 1889/1937*. São Paulo, Paz e Terra, 1982; PIRES, A. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1929*. Dissertação de mestrado, UFF, 1993.

Fora como referência e será realizada através da decomposição do item "Dívida Passiva" dos inventários de fazendeiros residentes no município. De uma maneira geral as dívidas passivas aparecem descritas de maneira isolada, apresentando regularmente, além do montante da dívida acrescido ou não de juros, o nome do credor, a natureza da dívida (por crédito, por conta, por hipoteca, por letras etc.) e, menos regularmente, a natureza da atividade exercida pelo credor (comissários, comerciantes vários, bancos, fazendeiros, profissionais liberais etc.), bem como a sua localização. Tais informações nos permitem detectar, com uma margem de segurança razoável, a origem do capital que foi utilizado no financiamento da atividade agroexportadora local no que diz respeito tanto a natureza da atividade do credor quanto a sua localização, ou seja, com origem na região ou exterior a ela (com atenção especial para aqueles recursos que tinham no Rio de Janeiro a sua origem)⁴. Para uma maior aproximação da análise em relação à realidade que visamos detectar, desconsideramos aquelas dívidas que, por sua natureza, não se enquadram no movimento de financiamento das unidades, tais como as dívidas com honorários médicos, farmacêuticos e boticários, custos processuais, funerários etc. A verificação da origem do capital de empréstimo para a economia cafeeira local será realizada pela variação percentual no montante total, agregado por década, das dívidas com credores de origem local (capitalistas, negociantes ou bancos - não encontramos nenhum comissário ou casa comissária com sede no município ou região) com o mesmo montante das dívidas com credores do Rio de Janeiro (comissários e bancos, principalmente)⁵. O resultado desse arranjo se encontra na tabela número 01.

A primeira observação importante que deve ser feita em relação à tabela 01 diz respeito à evolução da participação dos recursos financeiros com origem no Rio de Janeiro. Como já foi dito, estes recursos provinham, fundamentalmente, de casas comissárias e de bancos, ambos localizados nesta praça. Os dados evidenciados na referida tabela demonstram que para as décadas de 1870/79 e 1880/89 a principal fonte de capital de empréstimo para o financiamento

4 A análise das dívidas passivas como movimento econômico tendencial se encontra em PIRES, A. op. cit. cap. 4.

5 Salvo erro ou omissão, os principais comissários e casas comissárias que pudemos identificar foram: Vicente Alves do Socorro e Cia., Joaquim Francisco Torres, José Antônio Martins e Cia., São Paulo e Gento, Amoroso, Cerqueira e Cia., Braga, Lopes e Cia., Leite e Cia., Braga Jr. e Belfort, José Theodoro do Nascimento e Cia., Antônio Martins de Oliveira e Cia., Carneiro e Serra, Manoel José de Lima, Lara e Neves, Mendes Santos e Cia., Narcizo, Mesquita e Cia., Monteiro Jr. e Cia., Leão e Hirsch, Manoel Esteves e Filho, Francisco Nogueira e Cia., Pedrosa, Machado e Cia.

do movimento de reprodução das unidades agroexportadoras de Juiz de Fora -46,63% e 75,16% respectivamente - se localizava no município da corte, principal centro comercial-financeiro do país neste momento. Para melhor demonstrar esta situação - que seguramente pode ser considerada válida para períodos anteriores a 1870 - agregamos os dados, a título de ilustração, para o conjunto do período 1870/89, englobando as duas décadas e verificando a proporção dos respectivos capitais de empréstimo. O resultado se encontra na tabela número 02.

TABELA 01
DECOMPOSIÇÃO DAS DÍVIDAS PASSIVAS:
ORIGENS DO CAPITAL DE EMPRÉSTIMO PARA AS UNIDADES
AGROEXPORTADORAS
DE JUIZ DE FORA - 1870/1919
 (valores em mil-réis)

DÉCADA	LOCAL	%	R. J.	%	N. IDENT	%	TOTAL
1870/79	129:488	41,79	144:477	46,63	35:854	11,57	309:819
1880/89	201:135	19,66	768:649	75,16	52:786	5,16	1.022:570
1890/89	197:998	99,39	1211	0,60	—	—	199:209
1900/09	476:373	77,58	73:868	12,03	63:755	10,38	613:996
1910/19	96:565	88,17	2:263	2,06	10:689	9,76	109:517

Fonte: inventários - Juiz de Fora - 1870/19

Obs: não identificamos nenhuma dívida passiva nas unidades produtivas de café na década de 1920/29

TABELA 02
ORIGENS DO CAPITAL DE EMPRÉSTIMO
PARA AS UNIDADES AGROEXPORTADORAS DE JUIZ DE FORA
DE JUIZ DE FORA - 1870/1889
 (valores em mil-réis)

PERÍODO	LOCAL	%	R. J.	%	N. IDENT	%	TOTAL
1870/89	330:623	24,81	913:126	68,53	88:640	6,85	1.332:389

Fontes inventários - Juiz de Fora - 1870/89

A extensão da análise para o conjunto do período 1870/89 evidencia ainda mais o que foi exposto acima; considerando as duas décadas como um todo, verifica-se que cerca de 70% do capital de empréstimo das unidades agroexportadoras de Juiz de Fora tinham como origem o município da corte, o que torna patente não só a inclusão do município de Juiz de Fora no sistema financeiro ali loca-

lizado — e no esquema de financiamento típico do período — como também evidencia o fluxo de capital do município para aquele centro, pressupondo que tenha havido a correspondente remuneração dos agentes financeiros.

Contudo, ainda em relação às décadas de 1870/79 e 1880/89, a presença de um capital de empréstimo de origem local, apesar de constituir minoria no período aqui em referência — 41,79% para a década de 1870/79, 19,66% para a década de 1880/89 e cerca de 25% para o período considerado como um todo — não deve ser subestimada. A existência de créditos de origem local tem sido destacada pela historiografia⁶, em geral como forma complementar ao “clássico” mecanismo representado pelo comissário. Resta a esta análise tentar detectar a natureza das atividades que deram origem a estes capitais locais.

A maior parte dos credores do capital de empréstimo de origem local são proprietários de fazendas na região ou, em menor parte, parentes de proprietários de fazendas na região — muitas vezes parentes do próprio inventariado devedor. Nomes como Francisco Mariano Halfeld, Manoel José Monteiro da Silva, Barão e Baronesa de Juiz de Fora, Antônio Teixeira de Carvalho, Barão de Santa Mafalda, Barão do Retiro, Visconde de Monte Mário, Isidoro Raymundo de Souza, Barão de São João Nepomuceno, Conde de Cedofeita, Antônio Tertuliano Ribeiro, entre outros, todos eles podendo ser considerados fazendeiros da região, são, uns mais outros menos, recorrentes como credores no período que se estende de 1870 a 1889.

Podemos confirmar o predomínio da origem agrária do capital de empréstimo local, sempre em relação ao período 1870/89, através da identificação dos capitalistas listados em um Almanaque de Minas Gerais referente ao ano de 1870⁷ (tabela número 3)

Percebe-se pela tabela 03 que a principal atividade desempenhada pelos capitalistas em torno de 1870 constituía a atividade agrária: dos 15 capitalistas listados na fonte, 12 (80%) são identificados no mesmo documento como fazendeiros, em que pese o fato de alguns deles também desempenharem a atividade de negociantes. Obviamente que na medida em que se dá o desenvolvimento urbano do município, com a conseqüente diversifica-

6 SAES, F. op. cit. pp. 62-67; SWEIGART, J.E. *Financing and marketing brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro - 1850/1888*. Tese de Doutorado, Universidade do Texas, 1980, apud Mello, P.C. *A economia da escravidão nas fazendas de café*. Rio de Janeiro, IPEA, 1984, mimeo, pp. 244-245; DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820/1920*. São Paulo, Paz e Terra, 1977, p.48.

7 *Almanack administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o ano de 1870*. Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio de Janeiro.

ção das atividades econômicas correlacionadas, deve ter se ampliado as atividades exercidas pelos fornecedores locais de crédito, principalmente com a crescente inclusão dos comerciantes e negociantes de uma forma geral. Contudo, a própria natureza do mecanismo de empréstimo de capital, na qual os laços pessoais e de parentesco tinham um peso fundamental, sugere a manutenção de uma importância do capital agrário nos mecanismos financeiros locais até o final da década de 1880⁸.

TABELA 03
ATIVIDADE ECONÔMICA DESENVOLVIDA PELOS
CAPITALISTAS DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA - 1870

DISTRITOS	CAPITALISTAS	DESIGNAÇÃO
JUIZ DE FORA	ANTÔNIO DIAS TOSTES	FAZENDEIRO
	BARÃO DE BARTIOGA	FAZENDEIRO
	JOSÉ CARLOS F. PINTO	FAZENDEIRO
	JOSÉ ANT. HENRIQUE	FAZENDEIRO
	MANOEL VIBAL B. LAGE	FAZENDEIRO
PIAU/ S. PEDRO ALCÂNTARA	MANOEL C. GUIMARÃES	FAZENDEIRO
	A. CERQUEIRA LEITE	FAZENDEIRO
SANTANNA DESERTO	F. DAMASO COSTA	FAZENDEIRO
	J. RIBEIRO DE RESENDE	FAZENDEIRO
CHAPÉU DUVAS	M. B. PEREIRA ANDRADE	FAZENDEIRO
	FRANCISCO J. MIRANDA	FAZENDEIRO
S. FRANCISCO DE PAULA	ALBINO C. FREITAS	FAZENDEIRO
	J. A. COSTA LIMA	FAZENDEIRO
	M. GONÇALVES PEREIRA	FAZENDEIRO

Fonte: Almanack Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o ano de 1870.
Op. cit. pp. 438-454

A existência de um capital originado na atividade agroexportadora do município sendo aplicado na própria atividade agroexportadora local, apesar de sua natureza secundária frente ao capital de empréstimo localizado no Rio de Janeiro, é para nós significativa. Além de consolidar a possibilidade de formação e retenção de excedente econômico na esfera produtiva — aqui evidenciado pelos próprios capitais utilizados nos empréstimos, caracterizando a existência da-

⁸ Uma outra forma de comprovar esta situação seria através do predomínio dos investimentos do capital agrário nas décadas de 1870/79 e 1880/89 nas dívidas ativas. As formas específicas que assumiram os investimentos do capital agrário na região são discutidos em PIRES, A. op. cit. capítulo 4.

quilo que poderia ser chamado “saldos monetários ociosos”⁹ —, vai prenunciar a gestação de um circuito financeiro local relativamente delimitado e autônomo.

Se voltarmos à tabela 01 verificaremos que a partir da década de 1890/99 os capitais para crédito de origem local passam a constituir a significativa maioria no total dos empréstimos para as unidades agroexportadoras do município, numa variação que vai de 99,39% para a própria década de 1890/99, 77,58% para a década de 1900/09 e 88,17% para a década de 1910/19, com uma participação média de aproximadamente 85% se considerarmos o período como um todo. Em contrapartida, a participação do crédito com origem no Rio de Janeiro declina para 0,60% para o primeiro período, 12,03% para o segundo e 2,06% para o terceiro, com uma participação média de cerca de 10% para o período considerado como um todo. A evolução do sistema financeiro local —corolário do desenvolvimento da economia agroexportadora da região— representada pela expansão do aparelhamento bancário e concretizada pela fundação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889, com sede em Juiz de Fora, se coloca como indissociável desta transformação fundamental.

Pouco se conhece da história bancária de Minas Gerais no período anterior a 1920¹⁰, o mesmo podendo ser dito, talvez com maior propriedade ainda, sobre a zona da Mata e Juiz de Fora em particular¹¹. Em que pese escassas referências anteriores¹², parece ter sido a fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, em 1887, o primeiro empreendimento bancário de vulto na região; contudo, esta instituição financeira não resiste à crise do encilhamento e tem sua falência judicial decretada em 1892¹³, caracterizando um período de vida útil efêmero e deslocando para

9 SAES, F. op. cit.

10 Um dos poucos trabalhos que tem na história bancária de Minas Gerais seu conteúdo mais importante é o de COSTA, F. N. op. cit; para o período anterior a 1920 ver especialmente o capítulo I.

11 Ver, entre outros, os seguintes trabalhos: ALVARENGA FILHO, J.T. *A fundação do Banco de Crédito Real e o relacionamento de seus fundadores com o imperador D. Pedro II*. Juiz de Fora, s. ed., 1976; do mesmo autor “Alguns eventos da história bancária de Juiz de Fora”. In: BASTOS, W. L. *História econômica de Juiz de Fora*, IHGJF, 1978; FILHO, J.P. *Retalhos do passado*. Juiz de Fora, s. ed. 1966; RIBEIRO, J. “*Banco de Crédito Real de Minas Gerais*”. In: Um banco de todos os tempos: Credireal 101 anos. Edição Comemorativa, 1990; COSTA, F.N. op. cit; SÁ, A.I. op. cit.

12 Discorrendo sobre os bancos mineiros que faliram na crise do encilhamento, João Ribeiro faz referência a dois bancos com sede em Juiz de Fora: o Banco de Crédito Popular de Minas Gerais e o Banco de Crédito Mineiro. Ver Ribeiro, J. op. cit. p.6.

13 Sobre o processo de falência do Banco Territorial e Mercantil ver RIBEIRO, J. op. cit. pp. 6-7; MASCARENHAS, N.L. *Bernardo Mascarenhas- e os surto industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1954, pp. 131-137.

o Banco de Crédito Real a referência mais importante no processo de evolução financeira na região¹⁴.

O empreendimento que resultou na criação do Banco de Crédito Real constituiu o resultado de um movimento de diversificação setorial dos investimentos do capital agrário originado na atividade agroexportadora local¹⁵. A relação dos principais acionistas do Banco quando de sua fundação (tabela 04) deixa evidente o predomínio do capital agrário na composição acionária do empreendimento. Além disso, a sua primeira diretoria tinha em sua composição destacados fazendeiros da região, como o Barão de Monte Mário e o Barão de Santa Helena.

TABELA 04
RELAÇÃO DOS MAIORES ACIONISTAS
DO BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A.
JUIZ DE FORA - 1889

ACIONISTAS	AÇÕES	OCUPAÇÃO
BARÃO DE MONTE MÁRIO	200	FAZENDEIRO
BARÃO Sta. HELENA	100	FAZENDEIRO
PRUDENTE A. RESENDE	100	FAZENDEIRO
BERNARDO MASCARENHAS	100	INDUSTRIAL
JOAQUIM R. OLIVEIRA	100	COMERCIANTE
F. BATISTA DE OLIVEIRA	100	COMERCIANTE
AZARIAS JOSÉ DE ANDRADE	50	MÉDICO E INDUSTRIAL
F. EUGÊNIO DE RESENDE	50	FAZENDEIRO
ESPIRIDÃO R. OLIVEIRA	50	FAZENDEIRO
JOSÉ S. VALENTE VIEIRA	50	FAZENDEIRO
JOÃO PIMENTEL BARBOSA	50	FAZENDEIRO
BENTO XAVIER	100	COMERCIANTE E INDUSTRIAL

Fonte: Ata da primeira reunião dos acionistas do Banco de Crédito Real Apud GIROLETTI, D. op. cit. p. 85.

Sendo uma instituição de crédito real o Banco tinha como objetivo inicial a realização de empréstimos sob garantia hipotecária. Seus estatutos tiveram como modelo o seu congênere de São Paulo que, por sua vez, havia se inspirado no *Crédit Foncière*

¹⁴ Novas referências sobre a criação de bancos em Juiz de Fora só ocorreram a partir de 1918 com a abertura de uma agência do Banco do Brasil na cidade; posteriormente existem referências à fundação da casa bancária Dias Cardoso, Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Banco Pelotense, Caixa Econômica Federal e a primeira agência de um banco estrangeiro em Minas Gerais: a do Bank of London and South America. Ver FILHO, J.P. op. cit. pp. 123-124; existem referências a outras casas bancárias existentes na cidade, com vida breve ou não, para o período posterior a 1930.

¹⁵ "Em que pese as dúvidas lançadas anteriormente, a partir da análise do café mineiro (...), de que poderia originar-se o capital aplicado em bancos, constatamos que boa parte do capital social inicial do Banco de Crédito Real de Minas Gerais pertencia à aristocracia cafeeira da Zona da Mata (...)." Costa, F.N. op. cit. p.43. Ver também SÁ, A.L. op. cit. pp. 22, 25, 28.

da França. Seus fundadores tinham consciência da importância da criação de uma instituição de crédito na região que pudesse servir como uma alternativa viável ao sistema financeiro localizado no Rio de Janeiro.

A criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais vem atender aos interesses da lavoura proporcionando-lhe máxima facilidade em contrair empréstimos sob garantia hipotecária; por isso que o Banco vai ter sua sede em um centro agrícola importante, evitando aos mutuários as viagens à corte, sempre dispendiosas e parte do ano impraticáveis pela insalubridade da capital do império¹⁶.

Ainda no ano de sua fundação o Banco fecha um acordo com o governo imperial para repasses de recursos para a lavoura como estratégia do último para amenizar o impacto da abolição da escravidão. De acordo com João Ribeiro "...o Banco recebeu do tesouro 800:000\$000, empregando com maior cuidado em hipoteca a longo prazo quase todos os recursos adiantados pelo tesouro"¹⁷. O acordo foi rescindido pelo governo republicano, quando Rui Barbosa geria a pasta da fazenda, e o Banco obrigado a restituir a quantia adiantada num prazo de 17 anos.

A conjuntura imediata na qual se deu a criação do Banco pode ser considerada favorável a uma instituição de crédito. Superado o impacto inicial provocado pela abolição da escravidão, criou-se uma grande demanda por liquidez decorrente da brusca monetização do movimento de giro das unidades locais para o pagamento de salários. Os recursos para a satisfação desta demanda foram garantidos, em parte, tanto pelo acordo com o governo imperial, quanto com a emissão de letras hipotecárias.

Em 1889 o Credireal emitiu 1.740 letras de 100\$ cada uma, ou sejam 174:000\$. Eram letras hipotecárias de crédito real (.....) em 1894 as letras em circulação já totalizavam 1.814:400\$ (...) em 1917, o Crédito Real liquidou todas as letras que emitiu, com dois anos de antecipação¹⁸.

Em 1891 o capital do Banco atingia 3.000:000\$, um valor seis vezes superior ao capital quando de sua fundação, passados apenas dois anos. Neste mesmo ano o Banco estende suas atividades realizando operações de descontos, cauções, depósitos e contas correntes, possibilitando a ampliação de suas articulações com o sistema econômico no qual estava inserido.

16 RIBEIRO, J. op. cit. p. 3.

17 Id. ib. p. 5.

18 SÁ, A.L. op. cit. p. 60.

O Banco consegue atravessar a crise do encilhamento, a crise bancária de 1900 e a crise dos preços do café que se inicia em 1896¹⁹. Em grande parte, a estabilidade do Banco enquanto empreendimento pode ser entendida pelos íntimos laços que mantém com o governo estadual a partir de 1894. É neste ano que se firma entre o Crédito Real e o governo um acordo no qual o Banco serviria como instituição de depósito dos fundos do tesouro de Minas no Rio de Janeiro, procurando suprir a ausência de uma recebedoria do estado na capital da república. Em 1898, cumprindo uma lei do ano anterior, na qual o estado garantia juros de 7% ao ano às letras hipotecárias para empréstimos à lavoura, o governo de Minas e o Banco realizam um contrato, com validade de trinta anos, visando a ampliação de crédito à lavoura, a juros anuais de 9,5%, pelo qual foi criada uma carteira responsável pela elevação do capital do Banco para 7.000:000\$; dos 6.000:000\$ destinados à carteira, o Banco poderia emitir até 30.000:000\$ em letras hipotecárias; em 1917, no governo Delfim Moreira, o contrato foi prorrogado por mais vinte anos.

Em 1908 foi realizado novo contrato entre o governo e o Banco de Crédito Real no qual o Banco realizaria empréstimos à lavoura e indústria, por penhor e hipoteca, a prazo de um a cinco anos respectivamente, a juros de 8% ao ano, pelos quais o Banco receberia um adiantamento de 10.000:000\$, a uma taxa de juros de 5% pagáveis semestralmente. Em 1912, o estado adquire o controle acionário do Banco e em 1919 o Crédito Real se torna uma instituição oficial²⁰.

Dado o amparo do estado e as funções do Banco como principal instituição financeira da Zona da Mata, seu crescimento é visível no correr de todo o período desta pesquisa. Se considerarmos, por exemplo, o crescimento de suas agências pelo interior da Zona da Mata e pelo estado de Minas Gerais, podemos ter uma noção do crescente raio de atuação do Banco (Tabela número 05).

Percebe-se, através da tabela número 05, que no final da década de 1920 o Banco possui um total de 17 agências razoavelmente distribuídas e cobrindo importantes municípios mineiros; deve ser destacado que grandes centros produtores de café do estado neste momento também são cobertos pela expansão física do Crédito Real:

19 *Id.*, *ib.*, pp. 47-55; COSTA, F.N. p. 19.

20 Sobre estes aspectos ver COSTA, F.N. *op. cit.* pp. 38-39.

além de Juiz de Fora, Cataguases, Ponte Nova, Muriaé e Carangola são os mais importantes produtores do estado na década de 1920²¹.

TABELA 05
EXPANSÃO DAS AGÊNCIAS
DO BANCO DE CRÉDITO REAL
1891/1928

ANO	MUNICÍPIOS
1891	OURO PRETO
1894	RIO DE JANEIRO
1898	CATAGUASES
1909	OURO FINO, LAVRAS E UBERABA
1912	PONTE NOVA
1918	UBERLÂNDIA
1920	S. J. DEL REY
1921	MUZAMBINHO
1922	VIÇOSA, OLIVEIRA, MURIAÉ E DIAMANTINA
1928	ARAGUARI, CARANGOLA E ITANHANDÚ

Fonte: Origens de um Banco... Op. cit. várias páginas

Além da expansão física, um outro critério para se avaliar o crescimento do Banco de Crédito Real, enquanto instituição financeira, é o da expansão do volume de operações, um indicador razoável do próprio crescimento do Banco como empreendimento econômico e do significado de sua atuação no interior da economia mineira.

Os dados da tabela número 06 deixam evidente o crescimento do Banco de Crédito Real. De um total de 169.725 libras operacionalizadas pelos negócios do Banco em 1890, atinge-se 16.500.000 libras em 1925, tornando claro não só sua expansão econômica como também a sua crescente importância como instituição financeira dentro da economia mineira. Em 1925 o Banco de Crédito Real, junto com o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, constituem as duas instituições bancárias mais importantes do estado; neste mesmo ano o Crédito Real detem, isoladamente, cerca de 25% dos depósitos em conta corrente do estado de Minas Gerais²².

21 LIMA, J.H. *Café e indústria em Minas Gerais - 1870/1920*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981; PIRES, A. op. cit. capítulo 3.

22 COSTA, F.N. op. cit. p. 93 e p. 269 (tabela II, 22 - anexo estatístico)

TABELA 06
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE OPERAÇÕES DO
BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S. A. - 1890/1925
 (Valores em Libras)

ANO	VOLUME DE OPERAÇÕES
1890	169.725
1895	878.625
1915	5.185.366
1920	15.067.000
1925	16.500.000

Fonte: Origens de um Banco... Op. cit. várias páginas.

A fundação do Banco de Crédito Real e o início do predomínio dos recursos de origem local para o financiamento do movimento de reprodução da estrutura produtiva agroexportadora do município - conforme vimos em relação à tabela 01 - fazem parte de um mesmo processo. A partir de sua fundação o Banco passa a controlar a oferta de crédito para a economia agroexportadora local. Se verificarmos, ainda através da decomposição das dívidas passivas, a participação isolada do Banco como credor no volume total das dívidas, por década, constata-se um largo predomínio deste na efetivação de crédito para fazendeiros da região, num período em que também se verifica uma grande retração dos capitais de empréstimos localizados no Rio de Janeiro (tabela número 07). O predomínio do Banco, a partir da década de 1890/99, atinge 72,25% nesta década, 71,46% na década de 1900/09 e 66,65% na década de 1910/19, numa média que atinge cerca de 70% se considerarmos o período como um todo.

TABELA 07
PARTICIPAÇÃO DO BANCO DE CRÉDITO REAL
NA DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL PARA A
LAVOURA CAFEEIRA DE JUIZ DE FORA - 1890/1919
 (Valores em Mil-Réis)

DECADA	DÍVIDA TOTAL	B. CRÉDITO REAL	%	R. J.	%
1870/79	309:819	—	—	44:477	46,63
1880/89	1.022:570	—	—	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,25	1211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/10	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

Fonte: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1919.

Mesmo se considerarmos o raio de atuação do Banco enquanto instituição distribuidora de crédito verifica-se que este atendia a vários centros importantes de produção de café do estado de Minas Gerais; a distribuição municipal dos contratos hipotecários realizados pelo Banco, informação contida nos Relatórios da Diretoria do Crédito Real, evidencia (confirmando os dados contidos na tabela número 05) que a distribuição de crédito realizada pelo Banco, em muitos casos com recursos originados em contratos e acordos com o governo estadual, atingia um espaço no interior do estado que não deve ser subestimado, evidenciando a importância do Banco de Crédito Real como instituição distribuidora de crédito na região (tabela 08).

A importância do Banco de Crédito Real na distribuição de crédito para a lavoura na Zona da Mata e, principalmente, o predomínio evidente do Banco no fornecimento do capital de empréstimo para as unidades produtivas de Juiz de Fora, deixam claro que o processo de desenvolvimento da estrutura financeira na região correspondeu, através da ruptura dos vínculos que a estrutura produtiva local mantinha com o sistema financeiro localizado no Rio, à possibilidade de retenção de boa parte do excedente econômico gerado na atividade cafeeira da Zona da Mata no interior da estrutura econômica regional. Deve ser lembrado aqui que este conjunto de transformações que marca a evolução sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais -tomando-se Juiz de Fora como sua referência mais significativa - foi acompanhada de uma transformação fundamental no interior da estrutura produtiva agroexportadora: a emergência de relações de trabalho com remuneração - pelo menos parcial - em moeda, exigindo uma crescente intermediação monetária para a efetivação do movimento de reprodução (simples e ampliada) do sistema, e, a partir daí, alterando substancialmente a demanda por liquidez dos agentes produtivos e tornando premente o aperfeiçoamento do sistema financeiro²³.

Que esta estrutura financeira foi capaz de atuar como instância catalisadora de recursos monetários gerados na atividade agroexportadora local pode-se evidenciar na localização dos ativos monetários (moeda corrente) nos inventários. Esta documentação

²³ Em torno de 1895 aproximadamente 280 mil libras circulavam anualmente no município como decorrência do pagamento de "salários" na atividade cafeeira, o que correspondia a algo próximo a 45% das rendas médias anuais provenientes da venda do café. Ver PIRES, A. op. cit. p. 185 tabela 36.

TABELA 08
DISTRIBUIÇÃO MUNICIPAL DOS CONTRATOS HIPOTECÁRIOS
REALIZADOS PELO BANCO DE CRÉDITO REAL
(Períodos Selecionados)

MUNICÍPIOS	1890		1897		1909		1920		1927	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
JUIZ DE FORA	9	227:50	17	280:4	6	128:30	28	1.056:	1781:103	
RIONOVO	3	58:000	3	94:45	—	—	2	30:960	—	
LEOPOLDINA	2	70:000	7	214:3	—	—	1	122:66	—	
MURIAÉ	10:000	3	47:20	—	—	—	—	1082:0	—	
M. ESPANHA	2	29:000	1	26:30	1	18:500	2	29:831	—	
POMBA	1	6:000	2	134:3	—	—	—	—	485:00	
BARBACENA	1	22:000	1	18:76	—	—	1	26:113	—	
S. J. NEPOM.	2	63:500	1	34:38	2	76:517	1	49:609	296:50	
CATAGUASES	1	25:000	4	86:00	1	150:00	1	22:513	744:50	
A. PARAIBA	—	—	2	42:78	—	—	1	46:666	—	
CARANGOLA	—	—	2	134:3	2	227:00	3	454:00	—	
PONTE NOVA	—	—	—	—	—	—	—	—	2179:0	
OURO FINO	—	—	—	—	—	12	629:04	810:00	—	
MANHUMIRIM	—	—	—	—	—	—	—	—	490:00	
VIÇOSA	—	—	—	—	—	—	2	243:22	295:00	
PARAIBA SUL (1)	—	—	1	39:64	—	—	—	—	—	
VALENÇA	—	1	54:34	—	—	—	—	—	—	
S. FIDELIS	—	1	58:00	—	—	—	—	—	—	

Fonte: Relatórios da Diretoria do Banco de Crédito Real - vários anos

I - número de contratos

II - valor total dos contratos

1. aparecem outras referências a empréstimos em cidades do estado do Rio nos relatórios dos anos 1892, 1894, 1898 e 1899.

apresenta não só a localização deste ativo (comissários, bancos, cadernetas etc.), como seu montante isolado, permitindo-nos realizar uma verificação, mesmo que parcial, da participação e evolução proporcionais dos ativos monetários nos bancos locais (tabela 09). Além do Banco de crédito Real, estão presentes, principalmente na década de 1920, outros bancos com agências em Juiz de Fora²⁴.

Verifica-se pelos dados da tabela número 09 as tendências básicas apresentadas até agora. A presença dos comissários, enquanto agentes intermediários dos negócios do fazendeiro, paulatinamente perde importância para a intermediação financeira local, aqui verificada pelo destino do capital monetário disponível nas mãos dos fazendeiros. A evidência indicada pelos dados da tabela abaixo demonstra que a totalidade dos recursos monetários das unidades produtivas locais - pelo menos no que diz respeito ao universo da pesquisa, delimitado pela documentação utilizada - se encontrava em bancos localizados em Juiz de Fora, em que pese o fato destes recursos não terem esgotado, por si mesmos, a capacidade geradora de capital de empréstimos por parte dos bancos, dado a presença do estado no mecanismo de financiamento.

TABELA 09
LOCALIZAÇÃO DOS ATIVOS MONETÁRIOS DAS
UNIDADES AGROEXPORTADORAS DE JUIZ DE FORA - 1870/1929

DECADA	COMISS.	%	BANCOS	%	OUTROS	%	TOTAL
1870/79	25:304	98,63	---	---	350	1,36	25:654
1880/89	5:833	100	---	---	---	---	5:833
1890/99	90:476	42,11	106:865	49,74	17:499	8,14	214:840
1900/09	2:000	6,53	19:686	64,31	8:923	29,15	30:609
1910/19	---	---	16:632	100	---	---	16:632
1920/29	---	---	193:143	100	---	---	193:143

Fonte: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929

Esta presença e participação significativas do estado no fornecimento de capital de empréstimo para a lavoura cafeeira - visando não só o amparo à cafeicultura mas a sustentação²⁵ e a expansão de um aparelhamento bancário em Minas Gerais e na Zona da Mata, objetivando justamente a diminuição da evasão de recursos do esta-

²⁴ Cf. nota 14 supra.

²⁵ "Em síntese, o estado na Primeira República em Minas (de posse da fonte tributária do café) relaciona-se com estes bancos, não só participando do capital empregado em suas atividades, como também garantindo juros, seus depósitos e forçando os negócios comerciais a passarem por seus controles." COSTA, F.N. op. cit. p. 43.

do via depósitos e operações financeiras que eram realizadas no Rio de Janeiro²⁶ — pouco altera a natureza endógena dos recursos financeiros destinados à agroexportação. A participação do café nas receitas de exportações do estado deixa claro que a atividade agroexportadora constitui a principal fonte de receitas tributáveis, verdadeiro suporte das finanças públicas mineiras: de uma participação de aproximadamente 53% na década de 1850/59 atinge 89% na década de 1880/89 e 78% na década de 1920/29²⁷. Se acrescentarmos a esta informação o fato de a Zona da Mata ter constituído a principal região produtora do estado no correr de todo o período desta análise — numa variação que vai de 80 a 90% da produção total do estado até 1890 e de 60 a 70% entre 1903/04 e 1926/27²⁸, com alguma variação no correr do período — verificamos que, na verdade, os recursos repassados pelo estado para a cafeicultura da região tiveram, numa proporção significativa, sua origem na própria estrutura agroexportadora regional.

O significado desta participação do estado na manutenção de uma estrutura financeira própria em Minas Gerais e na Zona da Mata, indica, como afirma Fernando Costa, que em Minas o estado desempenhou pelo menos parcialmente as funções que o capital comercial teria desempenhado em outros "complexos" cafeeiros, como o do Rio de Janeiro e o de São Paulo, atuando como instância apropriadora do capital gerado na atividade agroexportadora, diversificando sua aplicação e redistribuindo estes recursos para o financiamento da própria atividade agroexportadora²⁹; se esta situação correspondeu efetivamente a uma singularidade do universo mineiro, eis uma questão que só será respondida, no entanto, com futuros estudos e pesquisas.

A nós, aqui, cabe apenas avançar nossa análise em sua fase conclusiva, que há de se realizar pelo destaque de duas evidências, ambas relativas à evolução do segmento financeiro-bancário na economia agroexportadora da Mata mineira e frontalmente contrários às interpretações da historiografia sobre o tema e a região. Por um lado,

26 *Id. ib.* p. 34.

27 Segundo dados de Aristóteles Alvim organizados por GIROLETTI, D. *A industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 10(3): 144-202. Ver também COSTA, F.N. *op. cit.* p. 71.

28 "De uma participação de cerca de 20% das exportações no início da década de 1890, o café sul mineiro passou a 30% do valor total exportado nos primeiros anos do século XX, mantendo-se nesta posição até 1930. A Zona da Mata continuou como região produtora principal." GIROLETTI, D. *A modernização capitalista em Minas Gerais*. Tese de Doutorado, Museu Nacional/UFRJ, 1987.

29 COSTA, F.N. *op. cit.* p. 43.

pelas *funções desempenhadas pelo sistema bancário* no interior da economia regional, evidencia-se que esta desenvolveu mecanismos que resultaram na retenção de capital em seu espaço próprio e foi capaz, em grande medida, de gerar os recursos necessários para o financiamento de seu processo de reprodução econômica. Por outro lado, pelo *significado do empreendimento* que resultou na criação do aparelho bancário local, podemos perceber que esta mesma economia, a partir de sua dinâmica interna, conseguiu diversificar os investimentos do capital identificado com sua estrutura produtiva, concretizando no universo regional um movimento de diversificação setorial que caracteriza o conjunto dos núcleos de produção agroexportadores que se desenvolveram no país no período de referência desta análise.